

TRIBUNAL SUPREMO

DE DOCUMENTOS

CARIMBO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS

N.º de Ordem: 115

Quem recebeu:

Data: 30 / 06 / 2022 Hora: 12:33



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

Processo nº 92/2016  
Autos de Recurso Extraordinário de Revisão  
Requerentes: Francílio de Jesus Oliveira e  
Arnaldo Jorge Mazive  
Secção Criminal  
Relator: Mondlane, L A

## SUMÁRIO

- I - O recurso extraordinário de revisão de sentença integra o direito de defesa, de consagração constitucional e tem por finalidade reagir contra graves e intoleráveis erros da jurisdição ou casos de manifesta injustiça com vista a fazer prevalecer o princípio da justiça material sobre a segurança do Direito e a força do caso julgado.
- II - Em tais circunstâncias, estes princípios essenciais do Estado de Direito cedem perante a ocorrência de novos factos ou a verificação da existência de erros fundamentais do julgamento adequados a porem em causa a justiça da decisão.
- III - Dada a natureza extraordinária e excepcional, o recurso de revisão só é admissível mediante a verificação de um dos pressupostos fixados no artigo 673º do Código de Processo Penal.
- IV - Consideram-se novos factos ou novos elementos de prova, aqueles que não eram conhecidos na data do julgamento ou que, mesmo não sendo ignorados, não tenham sido considerados no julgamento desde que reúnam os requisitos fixados no citado preceito. Ou seja, tais novos factos ou elementos de prova, tomados individual ou colectivamente com a prova produzida e carreada aos autos devem sustentar a presunção de que a condenação imposta representa grave injustiça porque inocente o arguido.
- V - O novo facto ou meio de prova impõe que sejam novos quer para o tribunal, quer para o recorrente e não unicamente para o julgador, justificando-se, tal exigência no carácter excepcional e extraordinário da revisão e na grave limitação que ela representa através da afirmação do princípio do *ne bis in idem* na sua dimensão objectiva, o caso julgado, enquanto instituto que garante a certeza da intangibilidade da decisão judicial definitiva, decidida pelo tribunal, tudo em conformidade com a lealdade processual.
- VI - A conversa entre dois reclusos, condenados no mesmo processo, no estabelecimento penitenciário onde cumprem as penas impostas, em que um inocenta o outro não pode ser tida por novos factos ou novos elementos de prova atento o valor diminuto da prova por declaração, com especial relevo para as declarações do arguido em processo penal.

## ACÓRDÃO

Acordam, em conferência, na Secção Criminal do Tribunal Supremo

Por Acórdão datado de 1 de Setembro de 2016, o Tribunal Judicial do Distrito de Chibuto condenou os arguidos **Francílio de Jesus Oliveira e Arnaldo Jorge Mazive** nas penas de 6 (seis) e 8 (oito) anos de prisão, entre outras medidas, respectivamente por os haver considerado autores do crime de subtracção de veículo, p. e p. pelas disposições conjugadas do nº 2 do artigo 275, alínea b) e c) do artigo 274 e alínea e) do nº 1 do artigo 270, todos do Código Penal; em co-autoria material e na forma consumada.

Considerou o tribunal, no tocante às circunstâncias atenuantes que milita a favor de ambos a do artigo 43, alínea s) (natureza reparável do dano). Favorece a situação do arguido Francílio, a alínea a) (delinquente primário) e o arguido Lázaro, a alínea i) – espontânea confissão do crime; todas do artigo 43 do C. Penal.

Agravam a responsabilidade penal dos arguidos Arnaldo e Lázaro a circunstância da alínea hh) – reincidência, não se registando alguma relativamente ao arguido Francílio.

A sentença, assim ditada, transitou em julgado por não haver sido impugnada por via de recurso ordinário.

Por requerimento datado de 10 de Outubro de 2016, vieram os condenados interpor um recurso que o apelidam de revisão, ao abrigo do disposto no nº 4º do artigo 673º do Código de Processo Penal.

Motivaram o recurso oferecendo, em síntese, os seguintes fundamentos:



- i) Arnaldo Mazive confessou, já no estabelecimento prisional onde se acham internados, que Francílio de Oliveira não teve qualquer participação no crime por que fora condenado;
- ii) Na data dos factos, Arnaldo Mazive deixou o Francílio na sua casa, encontrando-se, então, na companhia da namorada que dá pelo nome de Laiza Samson Dove;
- iii) Durante a instrução do processo, Arnaldo refutou categoricamente o envolvimento de Francílio no crime;
- iv) Como demonstração do facto, juntam a gravação da conversa na qual o Arnaldo inocenta Francílio.

Concluem pedindo que lhes seja concedida a revisão da sentença, uma vez que surgiram novas provas que inocentam o condenado Francílio, para além da ocorrência de atenuantes que militam a favor dos mesmos.

Nesta instância, o Ilustre Representante do Ministério Público expendeu no seu douto parecer (fls. 17) que o recurso de revisão com o fundamento no estabelecido nº 4º do artigo 673º do C. P. Penal importa a descoberta de novos meios de prova que terão de ser necessariamente novos, ou seja, meios de prova que não foram considerados no julgamento. Tais meios de prova não incluem depoimentos feitos fora da audiência de discussão e julgamento, *máxime* conversa informal no recinto da cadeia, em que um inocenta outro condenado para fundamentar um recurso extraordinário de revisão. Remata, considerando não estarem reunidos os fundamentos legais para o procedimento do pedido.

Tem o processo os vistos legais, cumprindo apreciar e decidir

Assinalado ficou que os recorrentes sustentam o pedido de revisão de sentença com o fundamento no preceituado no nº 4º do artigo 673º do C. P. Penal. Dispõe a citada norma que uma sentença condenatória transitada em

Julgado pode ser revista nos casos de surgimento de novos factos ou novos meios de prova que de *per si* ou combinados com os factos ou provas apreciados no processo, constituam graves presunções de inocência do acusado.

Jurisprudência firmada neste Alto Tribunal orienta-se no sentido de considerar novos factos ou novos elementos de prova, aqueles que não eram conhecidos na data do julgamento ou que mesmo não sendo ignorados não tenham sido considerados no julgamento desde que reúnam os requisitos fixados no preceito citado. Ou seja, que tais factos ou novos elementos de prova, tomados individual ou conjuntamente com a prova produzida e carreada aos autos possam sustentar a presunção de que a condenação imposta representa grave injustiça por que inocente o arguido.

Trata-se, com efeito, de casos excepcionais em que a segurança jurídica que representa o trânsito em julgado da sentença condenatória terá de ceder para que a justiça seja feita. Valerá aqui a máxima, mais vale absolver dez criminosos do que condenar um inocente. Resulta deste postulado que, para a revisão só pode ser concedida, se o recorrente demonstrar a existência de dupla ordem de factores, sendo a existência de novos factos ou, em alternativa a descoberta ou existência de novos elementos de prova.

Ora, a conversa entre dois reclusos, condenados no mesmo processo em que um diz que o segundo não teve envolvimento no crime não pode, em sua consciência, ser tida por novos factos ou novos elementos de prova, isto por um lado. Por outro, o argumento de que o arguido sustentou sempre tal afirmação no processo, mormente em sede de instrução, constitui matéria, porque atinente à matéria fáctica só pode ser sindicada em sede de recurso ordinário. Por tal razão não há espaço à consideração de tal asserção nesta



instância e é inidónea para fundamentar o recurso extraordinário de revisão nos termos esgrimidos.

De acrescentar ainda que a prova por declaração tem diminuto valor a ser aferido em conjugação com outros meios de prova com vista a firmar a convicção do tribunal. Se assim é quanto à prova por declaração já o mesmo não se pode dizer das declarações do arguido ou do condenado. O arguido goza de direitos que se enquadram no direito fundamental de defesa preceituado nos artigos 65 e 62 da Constituição da República de Moçambique. Nesta conformidade, o arguido tem direito ao silêncio, portanto a não responder às perguntas que lhe forem feitas, a não auto-incriminar-se, a dizer inverdades, donde se extrai que as declarações do arguido têm o peso e o valor que o tribunal apreciará livremente e dar-lhe-á a devida consideração. Vale a propósito dizer que a confissão do arguido, desacompanhada de outros de outros meios de prova não tem valor pelas razões acima referidas e, nesse sentido determina o artigo 174º do C. P. Penal.

Os requerentes alicerçaram o seu pedido de revisão, ao abrigo do disposto no nº 4º do artigo 673º do diploma legal citado, isto é; a descoberta de novos meios de prova que, de per si ou combinados com os que foram apreciados no processo suscitam graves dúvidas sobre a justiça da condenação.

O fundamento invocado deve assentar na existência de factos ou meios de prova novos, entendendo-se por isso que, à data do julgamento, deles os arguidos não tinham conhecimento ou tendo não puderam apresentá-los. Não se trata aqui de um mero juízo de oportunidade, ditada pela estratégia de defesa do arguido mas numa impossibilidade da apresentação daqueles meios de prova no julgamento.

A confissão do arguido inocentando outro que responde no mesmo processo e ambos já condenados e em cumprimento de pena, internados no mesmo estabelecimento prisional, não constitui novos meios de prova susceptíveis de desencadear o recurso extraordinário de revisão atento o valor das declarações do arguido já assinalado.

O novo facto ou novo meio de prova esgrimidos como fundamento para a revisão implica que sejam novos meios quer para o tribunal, quer para o recorrente e não unicamente para o julgador. Justifica-se tal exigência no carácter excepcional e extraordinário da revisão e na grave limitação que ela representa através da afirmação do princípio do *ne bis in idem* na sua dimensão objectiva, o caso julgado, enquanto instituto que garante a segurança e a certeza da intangibilidade da decisão judicial definitiva, ditada pelo tribunal, o que se mostra conforme à lealdade processual.

Está, pois, coberto de razão o Digníssimo Magistrado do Ministério Público junto desta instância quando refere no seu douto parecer que não se acham reunidos os pressupostos legais para o atendimento do pedido.

Nestes termos e, pelo exposto, os Juizes de Secção Criminal do Tribunal Supremo urgiam providência ao pedido e fixam no máximo o imperato de Justiça.

Maqueto, 25 de Maio de 2012